

LGBTQIA+, PANDEMIA E A CASA COMO O ARMÁRIO

Rodrigo Broilo

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Bolsista CAPES.
rbroilo@gmail.com*

Deborah Souza Moreira

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Bolsista CAPES.
dsm.deborah@gmail.com*

Heliana de Barros Conde Rodrigues

*Orientadora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ.
helianaconde@uol.com.br*

Simpósio Temático nº 40 – Violências, Marcadores Sociais da Diferença e Pandemia: Nomeações, Políticas e Enfrentamentos

RESUMO

Desde março de 2020 vivenciamos não apenas uma pandemia, causada pelo novo coronavírus (COVID-19), como um pandemônio. Ambos vêm ceifando vidas e afetando a saúde global e seus sistemas de atenção, além de muitos outros aspectos de nossa sociedade globalizada. A pandemia, mediante atuações genocidas e humanamente questionáveis por parte do atual (des)governo brasileiro (pandemônio), tornou as desigualdades sociais das populações vulnerabilizadas pelo capitalismo neoliberal, incluindo nós, LGBTIs, mais visíveis e ampliadas. Durante esse período, além das tradicionais violências misóginas, machistas, sexistas, LGBTIfóbicas, também tivemos de lidar com isolamento físico, insegurança financeira, convivências familiares opressivas e deterioramento da saúde mental, para além do vírus. Neste trabalho levantamos um histórico dos principais impactos que a pandemia causou na vida de pessoas LGBTQIA+ através de uma revisão da literatura. Entre janeiro e junho de 2021 nos vimos atravessados e implicados, nessa pesquisa do pandemônio/pandemia sobre LGBTQIA+, com nossas próprias histórias. Enquanto integrantes dessa população e pesquisadores da temática de diversidade afetiva-sexual, de gênero e sexo biológico, este trabalho se torna uma “pesquisa-desabafo” frente a tudo que morreu em nós desde 2020.

Palavras-chave: Pandemia, COVID-19, saúde, LGBTQIA+.

ABSTRAT

Since March 2020 we have experienced not only a pandemic, caused by the new coronavirus (COVID-19), but also pandemonium. Both are claiming lives and affecting

global health and care systems, as well as many other aspects of our global society. The pandemic, through genocidal and humanly questionable actions by the current Brazilian (dis)government (pandemonium), made the social inequalities of populations vulnerable by neoliberal capitalism, including us, LGBTIs, more visible and expanded. During this period, in addition to traditional misogynist, sexist, LGBTiphobic violence, we also had to deal with physical isolation, financial insecurity, oppressive family relationships and deteriorating mental health, in addition to the virus. In this work we raise a history of the main impacts that the pandemic caused in the lives of LGBTQIA+ people through a literature review. Between January and June 2021 we found ourselves crossed and involved, in this pandemonium/pandemic survey on LGBTQIA+, with our own stories. As members of this population and researchers on the theme of affective-sexual diversity, gender and biological sex, this work becomes a “research-outburst” against everything that has died in us since 2020.

Keywords: Pandemic, COVID-19, health, LGBTQIA+.

INTRODUÇÃO

Este artigo se inicia como proposta de trabalho final para a disciplina de “Tópicos Especiais – Pandemia: Políticas Públicas e Modos de Subjetivação” do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, realizada no período acadêmico emergencial referente ao semestre 2020/1, que se encerrou em janeiro de 2021. Neste período realizamos um levantamento bibliográfico do que havia sobre o assunto no mês de janeiro de 2021, além do acompanhamento dos desdobramentos da resposta pública à pandemia que se relacionam com a população LGBTQIA+. Nossas próprias experiências perpassam esse trabalho, dado que não apenas somos pesquisadores da questão, mas também membros da comunidade e fomos vítimas de várias iniquidades provenientes da relação entre a pandemia e o pandemônio.

A pandemia de COVID-19 foi um fenômeno mundial e por esse motivo gerou impactos em âmbito global. Devido às limitações geradas pela pandemia, conseguimos observar de maneira mais nítida as desigualdades sociais e como elas são pungentes, sobretudo em sociedades capitalistas. É ainda mais preocupante observar, frente ao quadro da pandemia, quem vive e quem morre, caso seja necessário o mais simples de uma sociedade igualitária: ficar em casa.

Esse trabalho se desenvolveu entre janeiro e junho de 2021 e achamos importante datá-lo, pois esse tipo de evento é histórico e deixa marcas importantes. Segundo a Fiocruz, na data 06 de junho de 2021, já contávamos com 473.495 óbitos¹. Eram 197.732

óbitos acumulados no Brasil² em 06 de janeiro. Mais do que duplicamos o valor em meio ano.

Na Presidência da República está Jair Messias Bolsonaro, indivíduo que foi eleito a pessoa mais corrupta do ano de 2020 pelo Consórcio Internacional de Jornalistas³. Bolsonaro, ao longo da crise sanitária que atinge o Brasil desde março de 2020 e que se manteve brutal até recentemente, deu diversas declarações questionáveis quando indagado a respeito das medidas governamentais que estavam sendo tomadas no combate ao vírus, ironizando a gravidade da situação e dizendo, por mais de uma vez, que o vírus da COVID-19, responsável por mais de 3,7 milhões de mortes no mundo⁴ (eram pouco mais de um milhão de mortes no início de janeiro de 2021 no mundo⁵), era só uma ‘gripezinha’⁶. Jair Bolsonaro foi eleito Presidente do Brasil em 2018 e começou o seu mandato em 2019. Mundialmente conhecido por seus discursos de ódio⁷ – racistas, xenofóbicos, LGBTIfóbicos⁸ e misóginos –, o Presidente da República brasileira mantém o seu conservadorismo doentio mesmo em uma época tão sombria para a população, ignorando as interseccionalidades e a pluralidade do povo brasileiro, o que lhe deu o título apropriado de genocida⁹.

Porém a crise gerada pelo atual governo não é só de saúde. Em resposta ao setor econômico, Jair mais uma vez se esquivava de suas responsabilidades enquanto governante e verbaliza uma suposta perseguição que sofre, dizendo que o Brasil está “quebrado”, que ele não pode fazer nada, e que o vírus (referindo-se à COVID-19) foi potencializado pela mídia, e que essa não tem caráter¹⁰. Além do negacionismo sobre os efeitos da pandemia destilados em declarações do Presidente, uma marcha antimidiática, anticiência e de vitimismo persecutório foi traçada desde março de 2020, quando a OMS declarou a pandemia. Por essa razão, complementamos: a crise não é só de saúde, nem só econômica, mas, sobretudo, política.

DESENVOLVIMENTO

Levando em consideração o contexto atual brasileiro apresentado, gostaríamos de refletir sobre como os grupos vulnerabilizados estão passando por essa crise global e pelo descaso do governo com a situação. Devido à grande amplitude de vulnerabilidades que podemos encontrar em meio à imensidão do Brasil e a todas as suas peculiaridades, optamos por dar foco às pessoas LGBTI - não só como pesquisadores que somos das temáticas de gênero, corpo e diversidade sexual, mas enquanto sujeitos dessa população.

Nossa proposta é discutir como a saúde física e mental, o trabalho e a segurança dessas pessoas têm sido afetados desde o início da Pandemia de COVID-19 no Brasil. Afinal, somos “grupos de risco e grupos em risco” (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020, p. 72).

Para pensar a população LGBTI no Brasil hoje devemos estar atentos não só ao gênero e à orientação sexual, mas também devemos considerar o atravessamento de raça e classe que afeta a população do arco-íris, bem como o restante da população. A Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ criou uma cartilha sobre os grupos vulnerabilizados em relação à COVID-19, na qual aponta os principais impactos da pandemia sobre a população LGBTI: “a piora no quadro de saúde mental, o afastamento da rede de apoio e a falta de fonte de renda” (FIOCRUZ, 2020, p. 17). A pesquisa realizada pela FIOCRUZ apresentou o índice de vulnerabilidade da população LGBTI à COVID-19 (VLC). Nos dados do VLC, entre LGBTIs, pessoas Trans são as mais vulneráveis em relação à COVID-19, seguindo-se Bissexuais na terceira colocação e mulheres Lésbicas na quinta. Podemos compreender a relevância desse estudo por demonstrar como pessoas LGBTI tiveram seu estado de grupo vulnerabilizado agravado pela COVID-19 de maneira mais expressiva.

A situação da COVID- 19 agravou a precariedade e a vulnerabilidade em que já se encontravam as vidas da população LGBTI, seja pelo distanciamento social, pela falta de emprego e renda, devido à parada dos trabalhos informais, pela perda de amigos e familiares ou pela incompetência e/ou negligência do governo em lidar com as essas demandas.

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção (BUTLER, 2015, p. 46-47).

Antes de mais nada, é necessário atentar para o fato de que a sigla LGBTI abarca pelo menos cinco tipos de pessoas no que concerne a orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico, e que essas pessoas terão vivências diferentes a partir desses marcadores. É importante saber que o grupo inserido nessa sigla já se encontra em

situação de vulnerabilidade por diversos fatores, e que, com uma crise mundial que já se estende por mais de um ano, defrontou-se com ainda mais dificuldades de acesso a recursos e meios necessários para proteger sua vida e seus direitos. Como apontado por Oliveira, Carvalho e Jesus (2020), é primordial o reconhecimento dos fatores interseccionais da comunidade, como questões de raça, classe, etnia, faixa etária, deficiência e posicionamentos geopolíticos, entre outros, que irão resultar em experiências distintas e alterar o modo como esses sujeitos LGBTI irão experimentar o isolamento físico e as diversas crises agravadas pelo período pandêmico.

Com a pandemia de COVID-19, a primeira medida recomendada pelos órgãos de saúde foi o ‘isolamento social’, e nessa recomendação há duas questões que afetam diretamente a população LGBTI. Em primeiro lugar, devemos ressaltar que o termo ‘isolamento social’, utilizado em larga escala pelos governos e pela mídia como sugestão de políticas públicas para referir-se ao período de ‘quarentena’, é um tanto problemático. Devemos levar em consideração que pessoas LGBTI já se encontram isoladas do restante da população, mesmo em momentos não pandêmicos, seja pelos olhares tortos que nos acompanham na rua, pelo espaço público que podemos ou não ocupar e pela negação do nosso direito à cidade, pelas leis que outrora restringiam a nossa doação de sangue, nosso casamento, nossos direitos previdenciários e até nosso direito ao nome. Por esse motivo:

Sugerimos a adoção do termo “isolamento físico”, compreendendo que o isolamento social não é um fenômeno novo para a comunidade LGBTI+. Ao contrário, pode-se dizer que estar/ser isolado socialmente fez/faz parte constitutiva do ser LGBTI+ em diferentes sociedades, inclusive e sobretudo em uma sociedade estruturada pela desigualdade (de classe, raça, gênero e sexualidades) tal qual é a sociedade brasileira. Logo, o isolamento social vivido pela população LGBTI+ é aprofundado a partir dos imbricamentos mencionados anteriormente. Dentro ou fora de casa, em espaços públicos, institucionais ou não, as pessoas LGBTI+ experimentam toda sorte de isolamento social (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020, p. 70-71).

Assim, os autores tratam o já existente (pré-pandêmico) isolamento social das pessoas LGBTI tanto como um reflexo e uma consequência da LGBTIfobia sedimentada em nossa sociedade, quanto como um dispositivo de regulação de vida e de morte programado para operar em favor de uma estética/política cisheteronormativa¹¹, colonial e racista (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020). Assim:

Compreende-se, portanto, que a distinção entre isolamento físico e isolamento social / político nos permite identificar e diferenciar as violências que alguns grupos sofrem em espaços públicos e/ou domésticos que, em tese, deveriam garantir e promover acolhimento e

segurança. Além disso, tal distinção torna mais evidente os modos de controle bio e necropolíticos endossados e republicados, a partir de uma distribuição desigual e injusta de reconhecimento do valor da vida, e conseqüentemente um aprofundamento dos modos de fazer morrer a população politicamente minoritária – e o isolamento político dele decorrente (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020, p. 72).

O segundo problema da quarentena é que estar em casa, muitas das vezes, pode ser muito complicado para nós, LGBTIs. Desde o início da pandemia, a frase de ordem tem sido “Fique em casa”, o que por si só já é passível de problematização, pois considera que “casa” é uma realidade universal. Nem todos têm uma casa para morar e manter-se seguro do vírus, e com certeza LGBTIs fazem parte dessa realidade. Além disso, considera-se que todos têm a possibilidade de trabalhar, estudar e se manter saudável a partir da sua casa, quando a realidade é que nem todos os trabalhos e estudos podem ser feito a partir desse cenário, de virtualidade - o que levanta ainda mais uma questão, tecnológica e de conectividade, uma vez que o acesso à internet, em seus múltiplos dispositivos, tampouco é equânime. E mesmo que todos esses requisitos sejam cumpridos, isso não garante um isolamento físico saudável e eficiente.

Levando em consideração a situação pandêmica em que nos encontramos, onde deveríamos estar em isolamento físico em nossas residências, nossa rede de apoio social e proteção deveria se constituir pela família – dela emanariam vínculos de suporte para o aumento da resiliência e diminuição dos impactos. Porém a realidade que se apresenta é que, caso a família lide de forma negativa com o gênero e/ou sexualidade do sujeito LGBTI, irá se potencializar o sofrimento já existente.

Para evitar conflitos e como forma de proteção da sua saúde física e mental muitas pessoas são obrigadas a “retornar ao armário”, ou seja, há a necessidade de esconder, silenciar quem de fato somos para evitar conflitos familiares, gerando tensão dentro do espaço de isolamento físico, que até onde sabemos deverá manter-se por tempo indeterminado¹². Silenciar as nossas identidades é como um sufocamento de dentro para fora. Não poder sair é também não poder expressar-se livremente e não poder viver em sua integralidade. Como apontado por Borges *et al.* (2020), a vulnerabilidade individual da população LGBTI tornou-se ainda mais intensa e explícita com o advento da pandemia, e a família, que na maioria dos casos é considerada uma instituição de maior apoio em outras questões, frequentemente consiste no ambiente de maior LGBTIfobia.

No que se refere à violência doméstica contra pessoas LGBTI+ durante a pandemia, o Alto Comissário de Direitos Humanos das Nações

Unidas (OHCHR) apontou para a necessidade de uma atenção especial a grupo de jovens e idosas/os LGBTI+ isolados/as fisicamente em casa e que atualmente vivem sob estresse e assédio contínuo por estarem trancados/as em suas casas com pais, mães, filhos e filhas, sobrinhos/as homolebotransfóbicos que se recusam a aceitá-las ou simplesmente ignoram ou dissimulam o fato de estarem na companhia de uma pessoa LGBTI. (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020, p. 73).¹³

Temos também que atentar para o fato de que nem todo LGBTI tem uma casa para voltar, ou eventualmente não tem para onde ir caso seja expulso do seu lar nesse momento de distanciamento físico, o qual acaba por provocar, como consequência, o distanciamento dos grupos de amigos. Conforme Raimondi e Tourinho (2020, p. 4):

não podemos também promover a romantização da pandemia e acreditar que tudo se resolve com “ficar em casa”, pois nem todos têm uma casa para ficar ou “condições ideais” para trabalhar e promover a saúde em casa. [...] Em relação à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais (LGBT+), as Nações Unidas têm apontado para o agravamento da vulnerabilidade devido à intensificação do isolamento social, da redução da rede de apoio e do aumento da violência familiar a jovens LGBT+. [...] Por isso, um questionamento importante é: Será que realmente ninguém fica para trás nesta pandemia?

Logo no início da pandemia, entre abril e maio de 2020, o Coletivo #VoteLGBT, em parceria com pesquisadoras da UFMG e da UNICAMP, realizou uma pesquisa com mais de 10 mil pessoas respondentes para avaliar os impactos da pandemia sobre nós, LGBTIs. O afastamento da rede de apoio apareceu em segundo lugar dentre os maiores impactos da pandemia na população LGBT, atrás apenas da piora na saúde mental (VOTELGBT, 2020). Nesse sentido se ressalta que:

Tanto o convívio social quanto o familiar são frequentemente fatores prejudiciais à saúde para pessoas LGBT+. Diversas formas de preconceito ou violência (verbal, moral, psicológica e até física) transformam os ambientes mais comuns da existência humana em cenários de hostilidade. Quando as novas regras de convívio impedem o acesso às redes de apoio e a casa da família de origem não aceita nem acolhe, a solidão se apresenta (VOTELGBT, 2020, p.13).

Logo que as campanhas de #FiqueEmCasa começaram, entre nós LGBTIs, questões foram suscitadas: Que casa? De quem? Quem está podendo ficar somente nela? E com quem? Com aquele pai abusador? Com aquele parente transfóbico? Mentindo ou escondendo o gênero e a sexualidade para não sermos vistos e, assim, não sermos importunados/violentados/assassinados? Quando a casa não oferece apoio, e por vezes nem segurança à vida, o vírus se torna mais, ou menos assustador? Onde vamos “preferir”

sofrer/morrer? Há aí, nessa enxurrada de perguntas, uma série de outros fatores a serem levados em consideração, interseccionalmente.

E se a LGBTI consegue estar em um lugar seguro e de apoio, de que forma irá se manter financeiramente? Essa pessoa tem a possibilidade de que seu trabalho seja feito de casa, no agora popularizado *Home Office*, ou ela tem de se expor ao vírus no transporte público lotado? Talvez devamos voltar ainda mais e nos questionar: há trabalho para LGBTIs? Por sinal, se pensarmos como o senso comum, que associa trans a prostituição, até mesmo essa população foi prejudicada pela pandemia, passando a demandar auxílio assistencial de ONGs e projetos sociais¹⁴.

Na pesquisa apontada anteriormente (VOTELGBT, 2020), o terceiro maior impacto da pandemia tem relação com a falta de renda e de trabalho. 10,62% dos respondentes da pesquisa relataram falta de renda como o maior impacto da pandemia para LGBTIs e outros 7,0% apontaram a falta de trabalho. A taxa de desemprego entre LGBTIs é de mais de 20%, sendo que três em cada dez desses desempregados estão sem renda há mais de um ano. Uma em cada quatro pessoas LGBTIs perdeu sua fonte de renda em função da COVID-19, enquanto quase metade dos demais teve seus projetos e atividades paradas ou reduzidas durante o período pandêmico. Tudo isso torna-se mais assustador se considerarmos que quatro em cada dez pessoas LGBTIs (cinco em cada dez, se pensarmos exclusivamente em pessoas trans) não conseguem sobreviver mais de um mês se perderem seu emprego ou sua fonte de renda atual. Isso está diretamente relacionado com a falta da rede de apoio e familiar, pois quando estão ainda inseridos no ambiente familiar, mas não conseguem contribuir com as finanças da casa, há uma chance 30% maior de haver problemas de convivência familiar, especialmente durante a pandemia, mostrando como os impactos na saúde mental, nas relações familiares e na renda estão interligadas: “A preocupação financeira impacta na saúde emocional e muitas vezes na já precária convivência familiar e social, que por sua vez volta a fragilizar ainda as questões emocionais” (VOLTELGBT, 2020, p.19). Essas informações são corroboradas pela pesquisa da FIOCRUZ (2020), já citada.

Porém conseguir uma fonte de renda não resolve o problema, se o ambiente é de opressão (VOTELGBT, 2020). O preconceito de empregadores na contratação de LGBTIs é uma denúncia antiga dos movimentos sociais e permanente foco de luta. Alves e Pereira (2020, p. 109) apresentam dados de 2015 sobre a situação:

no trabalho, apenas 47% dos sujeitos homoafetivos declaram sua orientação sexual: 90% deles contam para os colegas, 32% para algum superior e apenas 2% para o gestor de Recursos Humanos, e uma das razões para tal situação se deve ao medo de ser demitido ou de ser discriminado, já que a mesma pesquisa mostra que 40% dos entrevistados afirmam que já sofreram discriminação por orientação sexual no trabalho. O estudo ainda mostra que 38% das empresas brasileiras têm restrição para a contratação de homossexuais.

Mesmo quando inseridos num ambiente formal de trabalho, os problemas continuam, uma vez que novos medos e angústias surgem para fragilizar nossa saúde mental. Há uma impossibilidade de sermos quem somos no ambiente profissional, pois o medo da perda do emprego nos leva a silenciar, uma forma de opressão que pode ser inclusive introjetada e difundida para outros LGBTIs (ALVES; PEREIRA, 2020). Essa situação caracteriza-se como uma forma de tentativa de controle: nossas vozes e corpos são silenciados e evanescidos, de forma que não queremos andar, falar ou fazer qualquer outra coisa na frente de outras pessoas com medo de que algum pequeno detalhe nos denuncie e que a higienização se inicie. Podemos pensar nos ditos de Foucault quando o filósofo fala de um controle pastoral sobre os sujeitos que os guia para um objetivo de suposto bem-estar comum: em meio a uma multiplicidade de seres, quem escapa da norma é arrancado da estrutura (FOUCAULT, 2008). Esse biopoder se aplica sobre LGBTIs e configura uma série de impossibilidades: devemos sempre escolher com cuidado os lugares e as pessoas a que(m) podemos nos apresentar e de que forma.

Há, ainda, a interseccionalidade nos problemas de trabalho e renda, que têm relação direta com outros marcadores sociais, de raça/etnia, classe, faixa etária, escolarização, território, entre tantos outros, já que existe uma hierarquia de binarismos hegemônicos na escolha de profissionais para empregos formais. Opta-se pelo homem sobre a mulher; pelo branco sobre o negro; pelo jovem sobre o velho; pelo de ensino superior sobre o de ensino médio; pelo que mora perto sobre o que está nas periferias. Isso vai empurrando determinadas pessoas ainda mais para as margens, para os subempregos e para a informalidade:

Assim, é que LGBTQI+ em geral, mas em particular, as bichas femininas, as sapatões masculinas, as pessoas não-binárias, travestis e transexuais, são cada vez mais inseridas nas relações precárias de trabalho, embarreiradas nos serviços de saúde, excluídas das escolas, expulsas de casa etc., em virtude da discriminação, preconceito e inconformidade face aos padrões hegemônicos binários impostos pelas normas socialmente estabelecidas para os gêneros e sexualidades (DUARTE, 2020, p. 3).

É importante salientar que, pela lei do Sistema Único de Saúde (Lei nº8.080 de 1990), tanto o trabalho e a renda quanto a moradia são considerados determinantes sociais da saúde, impactando diretamente sobre ela, biopsicossocialmente (BRASIL, 1990). Considerando isso, bem como o princípio de que “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (BRASIL, 1990, art. 2º), entendemos que garantir políticas e ações que promovam a equidade de acesso das populações marginalizadas aos mercados de trabalho é fator de saúde pública, e que são necessários:

o estabelecimento de políticas e práticas de não discriminação a pessoas homoafetivas em processos de recrutamento e seleção de empregados, com atenção especial a travestis e transexuais; o estabelecimento de metas específicas para inclusão de travestis e transexuais em processos de recrutamento e seleção, realizando ações afirmativas para ampliar a participação do segmento no mercado de trabalho; a realização de ações afirmativas que favoreçam o crescimento na carreira, voltadas, sobretudo, a travestis e transexuais e; a criação de rede de incentivo a empresas que favorecem a diversidade sexual e de gênero e à empreendedores da comunidade LGBTI+ (ALVES; PEREIRA, 2020, p. 121).

Desde o processo de redemocratização do país, apesar de toda a mobilização e luta do movimento social LGBTI, nenhuma lei que garanta direitos básicos de sobrevivência e dignidade foi aprovada no Congresso Nacional a partir de 1985, demonstrando, quanto a nós, não apenas uma sub-representatividade social, mas também política, na decisão e formulação de políticas públicas, visto que todo e qualquer avanço existente hoje no Brasil para LGBTIs passou pelo Poder Judiciário, e não pelo Legislativo (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020). E quando temos um Presidente da República que diz que precisamos deixar de ser “um país de maricas”¹⁵ ao se referir aos cuidados necessários à COVID-19 e que “máscara é coisa de viado”¹⁶, não há esperança de que muito seja feito pelo Executivo enquanto este governo estiver no poder.

Aqui apontamos a importância de pensar acerca da responsabilidade inerente ao papel do Estado: “Afim, qual seria o papel do Estado na interrupção da LGBTIfobia como um todo, e da LGBTIfobia em tempos de Covid-19 em especial?” (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020, p. 64). Estes autores enfatizam que é preciso:

pensar as estruturas sobre as quais nossas relações são construídas e direitos e privilégios são distribuídos, constituindo um sistema de violências contra pessoas LGBTI+, cuja precariedade da vida é uma marca. Depreende-se desta precariedade uma forma de controle da vida

e da morte que não só não estremece a estrutura social, mas faz operar uma cultura e institucionalização da LGBTIfobia (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020, p. 65-66).¹⁷

Porém, esse mesmo Estado que se exime de regular a violência e o preconceito, e de promover medidas e políticas que nos assegurem cidadania e direitos básicos, é o mesmo que sequer consegue levantar os dados que demonstram a realidade da LGBTIfobia e a urgência de combatê-la no âmbito brasileiro. Até hoje, todos os levantamentos que temos de violências e mortes de LGBTIs ainda são feitos pela sociedade civil, como é o caso do Grupo Gay da Bahia e da ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais), e mesmo esses levantamentos se baseiam nas poucas informações que chegam até esses grupos ou que são veiculadas na mídia (muitas vezes sequer respeitando a identidade de gênero das vítimas). Vivemos uma violação cotidiana, subnotificada devido a um histórico de não reconhecimento da LGBTIfobia enquanto evento criminoso (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020).

Os nossos corpos tornaram-se descartáveis, a cor vermelha na nossa bandeira tem sido do nosso sangue que escorre todos os dias pelas ruas da cidade. Vivemos no país que mais mata LGBTIs no mundo¹⁸ e os dados gritam o tempo inteiro que não é desejável que nossos corpos existam na nossa sociedade. Se a pandemia de COVID-19 trouxe sérias questões ao resto da população, hoje nos encontramos padecendo de forma distinta com as nossas vulnerabilidades expostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E quando o Estado falha em sua função de nos manter vivos, “é nós, por nós”. Diversos autores consultados apontaram que, na ausência do Estado, a população LGBTI teve que se organizar. O coletivo #VoteLGBT (2020) apresentou formas de ajudar e de receber ajuda no que tange a apoio financeiro, emocional, político e social. Oliveira, Carvalho e Jesus (2020) relataram uma série de ações dos movimentos sociais que vem ocorrendo no país, desde doações materiais até formas de melhorar a saúde física e mental. Duarte (2020) mostrou ações que ocorreram com alunos LGBTIs na Universidade Federal de Uberlândia. Moraes Neto *et al.* (2020), Ferreira *et al.* (2020) e Borges *et al.* (2020) apresentaram formas de explorar a questão de gênero e sexualidade dentro da educação superior e de levantar e suprir as necessidades da população LGBTI dentro dos

cursos de graduação nesse período pandêmico e de educação remota/à distância. O *Centro de Estudos Sociais de América Latina (CES-AL)*, em parceria com Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), produziu o livro “Histórias da *Queerentena*”, que reúne relatos de pessoas LGBTIs sobre suas experiências enquanto LGBTIs na pandemia, como forma de dar visibilidade a essas histórias e promover a acolhida dessas vivências (NAVARRO, 2020). Apontamos, conforme Oliveira, Carvalho e Jesus (2020), que relatar essas ações de solidariedade e altruísmo é “um recurso pedagógico, bioético e político que nos permite observar a pluridiversidade da comunidade LGBTI+, bem como uma forma de esperança que nos aponta para a necessidade de ações coletivas e colaborativas” (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020, p. 91).

Duarte (2020) sintetiza pontos que LGBTIs tem enfrentado nesse período pandêmico: devastação dos meios de subsistência pela empurrada das pessoas LGBTIs para o campo da informalidade e do desemprego; interrupção de tratamentos e cuidados de saúde, desde o processo transexualizador até tratamentos preventivos e de controle de infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV, em função da redução de acesso aos serviços de saúde decorrente da pandemia; risco elevado de violência doméstica e familiar devido à maior permanência em domicílio, incorrendo em risco de agressões, morte ou expulsão; ansiedade e demais problemas psicológicos decorrentes do isolamento físico; discriminação social e estigmatizante de LGBTIs, semelhante ao que aconteceu na epidemia de HIV/AIDS; aumento do abuso de poder dos Estados em matar e deixar morrer; preocupações em torno de como melhor nos organizarmos social e civilmente.

Já Borlóz (2020), especialista independente da ONU sobre a proteção contra a violência e a discriminação por motivos de orientação sexual ou identidade de gênero, aponta que as ações para melhorar as condições da população para enfrentar a pandemia dependem: do reconhecimento e aceitação pelos Estados da existência ampliada de desafios para LGBTIs em todos os segmentos, bem como da tomada de ações significativas para a redução dos mesmos; do apoio ao trabalho da sociedade civil LGBTI e do aprendizado com seus êxitos, aumentando, inclusive, o suporte financeiro; da proteção de LGBTIs, judicialmente, se necessário; da avaliação da discriminação indireta como um risco real e significativo, que agrava a estigmatização contra as pessoas LGBTI; da participação e representação LGBTI na concepção, implementação e avaliação de medidas específicas para a pandemia de COVID-19; e do levantamento de evidências dos

impactos da COVID-19 sobre a população LGBTI para fundamentar ações de boas práticas pelos Estados.

No ponto temporal em que escrevemos este trabalho, ainda vivemos um momento pandêmico, mais de um ano e oito meses após o anúncio da Organização Mundial de Saúde. Vivenciamos os impactos do vírus (pandemia) e de uma política genocida, necropolítica, negacionista e neoliberal (pandemônio). E vivenciamos tudo isso sendo LGBTIs e enfrentando tudo o que já enfrentávamos antes, mas agora em uma espécie de amplificador. Esperamos que quando você, LGBTI ou não, estiver lendo estas palavras, esteja bem, seguro e vacinado e que nossas casas não sejam mais novos armários.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

ALVES, Felipe Laurêncio de Freitas; PEREIRA, Paulo Fernando Soares. A necessidade de Políticas Públicas de trabalho específicas para a comunidade LGBTI+ durante a pandemia. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [S.l.], v. 24, n. 48, p. 106-129, jul. 2020. ISSN 2177-8337. Disponível em: <<http://177.223.208.8/index.php/revistasjrj/article/view/355>>. Acesso em 27 de maio de 2021.

BORGES, Isabela Souza Cruvinel *et al.* Representatividade LGBT+ na Educação Médica e Covid-19: Construindo Redes de Cuidado e Solidariedade. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 44, supl. 1, e129, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000500401&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª edição. 2015.

BORLOZ, Víctor Madrigal-. **La violencia y la discriminación por motivos de orientación sexual o identidad de género y la identidad de género durante la pandemia de enfermedad coronavirus (COVID-19)**. Assembleia Geral das Nações Unidas, informe: A/75/258, Distr.: General, 2020. Disponível em: <<https://undocs.org/es/A/75/258>>. Acesso em 02 de janeiro de 2021.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v., n. 1, p.171-188, jan.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de maio de 2021.

DUARTE, Marco José de Oliveira. **Vidas precárias e LGBTIQfobia no contexto da pandemia: A necropolítica das sexualidades dissidentes.** Apes/Andes, maio/2020. Disponível em: <https://www.apesjf.org.br/vidas-precarias-e-lgbtqifobia-no-contexto-da-pandemia-a-necropolitica-das-sexualidades-dissidentes-2>. Acesso em 27 de maio de 2021.

FERREIRA, Verônica Clemente et al. Saúde da Mulher, Gênero, Políticas Públicas e Educação Médica: Agravos no Contexto de Pandemia. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 44, supl. 1, e147, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000500803&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de maio de 2021.

FIOCRUZ. **SUAS na COVID-19: Proteção Social a Grupos Vulnerabilizados**, 2020. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/07/cartilha_grupos_vulnerabilizados.pdf. Acesso em 07 de junho de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008, 1ª edição.

MORAIS NETO, Antônio Carlos de *et al.* Ensino em Saúde LGBT na Pandemia da Covid-19: Oportunidades e Vulnerabilidades. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 44, supl. 1, e157, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000500410&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de maio de 2021.

NAVARRO, Pablo Pérez (coord.). **Histórias da Queerentena.** (CES-AL) / NUH - UFMG / Editora Devires, 2020, 1ª edição. Disponível em https://drive.google.com/file/d/18sIkuSkChvzSTSG8GcEht0a3ZDGbgdD_/view?usp=sharing. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA, Fábio A. G.; CARVALHO, Henrique Rabello de; JESUS, Jaqueline Gomes de. LGBTI+ em tempos de Pandemia de COVID-19. **Diversitates International Journal** (ISSN: 1984-5073) Vol. 12, N.1, junho/dezembro (2020), p. 60 – 94. Disponível em: <http://www.diversitates.uff.br/index.php/1diversitates-uff1/article/view/313>. Acesso em 27 de maio de 2021

RAIMONDI, Gustavo Antônio; TOURINHO, Francis Solange Vieira. O Que Já Aprendemos? Educação Médica, Vulnerabilidades e Responsabilidade Social em Tempo de Pandemia. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 44, supl. 1, e137, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000500802&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de maio de 2021.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p. 19–54, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>. Acesso em: 30 nov. 2021.

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na Pandemia.** Junho de 2020, Coletivo #VoteLGBT, Box 1824, Pesquisa M@n@s (UFMG/UNICAMP). Disponível em https://votelgbt.org/s/vote-lgbt-box1824-diagnostico-LGBT-na-pandemia_completo.pdf. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

NOTA(S) EXPLICATIVA(S)

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/06/06/brasil-registra-media-movel-de-1629-mortes-por-covid-na-ultima-semana-total-passa-de-4734-mil.ghtml>. Acesso em 07 de junho de 2021.

² Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br/>. Acesso em 07 de janeiro de 2021.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/bolsonaro-e-escolhido-pessoa-corrupta-do-ano-por-consorcio-internacional-de-jornalistas.shtml>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

⁴ Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/63574/mapa-da-covid-19-siga-em-tempo-real-o-numero-de-casos-e-mortes-por-covid-19-no-mundo>. Acesso em 0 de junho de 2021.

⁵ Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419> Acesso em 06 de janeiro de 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

⁸ Utilizamos neste trabalho o termo LGBTIfobia e suas formas derivadas por entendermos que o clássico termo homofobia não dá conta de abarcar todas as formas de preconceito e violência sofridos pela população e para salientar que cada uma das identidades tem suas próprias características.

⁹ Disponível em: <https://epoca.globo.com/michel-gherman/coluna-bolsonaro-sonha-com-genocidio-24549855> e em <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/25/artigo-bolsonaro-novo-discurso-genocida-e-ausencia-de-ajuda-economica-ao-povo>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/01/05/o-brasil-esta-quebrado-eu-nao-consigo-fazer-nada-diz-bolsonaro-a-apoiadores.ghtml> Acesso em 06 de janeiro de 2021.

¹¹ Refere-se à ação de colocar como norma da sociedade a vivência cisgênero (pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento em função da genitália) e heterossexual (pessoa com atração afetivo-sexual pelo sexo/gênero oposto ao seu).

¹² Aqui nos aproximamos do que é trabalhado por Sedwick (2016) sobre a epistemologia do armário. Partimos da mesma ideia de um dispositivo de regulação da vida que vai determinar quanto da vida ou da identidade dos sujeitos deve ficar pública ou privada, reveladas ou ocultas em cada situação, se movendo de forma plástica entre quem e quando se “assumir”. Porém no caso da casa como armário, entendemos que não há como levar a identidade de volta para o armário, uma vez revelada, mas é possível silenciar o que outras pessoas podem ver ou fazer sobre essas vivências. Um armário que esconde o que já se sabe.

¹³ Optamos por manter a citação dos autores conforme apresentada no artigo referenciado, porém salientamos que, de nossa parte, consideramos o uso do termo homolesbotransfobia insuficiente, uma vez que há um apagamento da violência bifóbica e de outras identidades, como a de pessoas intersexo.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/08/projeto-social-ajuda-prostitutas-trans-e-travestis-que-estao-sem-trabalho-devido-a-pandemia-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

¹⁵ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/11/11/com-pais-de-maricas-bolsonaro-mistura-homofobia-e-indecencia-diz-imprensa-internacional.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

¹⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

¹⁷ O termo sistema apresentado pelas autoras na citação refere-se a um neologismo entre as palavras “sistema” e o prefixo “cis” apresentado anteriormente quando explicávamos o conceito de cisgênero. Indica uma hegemonia cis dentro dos sistemas sociais.

¹⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.